

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

1

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	47
---	----

1.1 Nos EUA	48
1.2 Na Europa.....	54
1.3 No Brasil	63
1.3.1 Doutrina	65
1.3.2 Legislação	68
1.3.3 A proteção de dados pessoais como um direito fundamental	75
1.4 Proteção de Dados Pessoais e Persecução Penal: Cenário Normativo Atual.....	77
1.4.1 A Diretiva (UE) 2016/680	77
1.4.2 A Convenção de Budapeste.....	78
1.4.3 O <i>CLOUD Act</i>	83
1.5 Acórdãos Paradigmáticos do TJ/UE em Tema de Proteção de Dados Pessoais e Persecução Penal.....	85

2

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, GARANTISMO E PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL	97
---	----

2.1 Investigação Criminal e Processo Penal	99
2.1.1 Cibercrimes.....	104
2.1.2 Garantismo processual penal e obrigações processuais positivas	116
2.1.2.1 Condenações do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	129
2.1.2.2 Obrigações processuais positivas e direitos fundamentais.....	137
2.1.3 Eficiência e processo penal.....	139

2.1.4	Eficiência e autodeterminação informativa.....	149
2.1.5	Reserva legal.....	154
2.2	A LGPD: Fundamentos, Princípios e Direitos dos Titulares de Dados Pessoais.....	157
2.2.1	Bases legais e o tratamento de dados pessoais pelo Estado	161
2.2.2	A LGPD e sua aplicação à persecução penal.....	164
2.3	Proteção de Dados e Persecução Penal na Jurisprudência do STF.....	175
2.3.1	RE nº 1.055.941/SP (Tema 990 de Repercussão Geral): compartilhamento de dados pela Receita Federal e pela Unidade de Inteligência Financeira (COAF/UIF).....	177
2.3.2	ADIs nº 2390, 2386, 2397 e 2859: “quebra” de sigilo bancário por autoridades fiscais.....	188
2.3.3	ADIs nº 6387, 6388, 6389, 6390 e 6393: compartilhamento de dados por empresas de telefonia com o IBGE no contexto da pandemia do covid-19.....	192
2.3.4	ADI nº 5642: fornecimento de dados cadastrais e de localização por operadoras de telefonia celular em investigações criminais.....	196
2.3.5	ADC nº 51: cooperação internacional, empresas de tecnologia e proteção de dados pessoais.....	197
2.3.6	RE nº 973.837/MG e ADI nº 6.620/MT: perfil genético de condenados e cadastro de pessoas com condenação definitiva por crimes contra a dignidade sexual	201
2.3.7	RE nº 1.010.606/RJ: direito ao esquecimento.....	204
2.3.8	ADI nº 6.529: compartilhamento de dados no Sistema Brasileiro de Inteligência	206
2.3.9	ADI nº 6.649 e ADPF nº 695: Cadastro Base Cidadão.....	209
2.3.10	ADO nº 84: omissão legislativa sobre o uso de programas espões pelo Estado.....	212

3

CLÁUSULAS DE RESERVA DE JURISDIÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 215

3.1	Conceito de Reserva de Jurisdição	215
3.2	Debates na Constituinte: Síntese	220
3.3	Dados Pessoais e Dados Não Pessoais: a “Quebra” de Sigilo de Dados de Empresas Públicas e de Entes do Estado	228
3.4	Tratamento de Dados e Reserva de Jurisdição.....	231
3.4.1	A Emenda Constitucional nº 115/2022 e reserva jurisdicional	231
3.4.2	Casos que exigem prévia autorização judicial.....	233
3.4.3	Casos que não exigem prévia autorização judicial.....	245
3.5	Pontos Controvertidos quanto à extensão da reserva jurisdicional.....	248
3.5.1	Reserva jurisdicional “de acordo com a gravidade do crime”	248
3.5.2	Autorização judicial para preservação dos dados, sem acesso aos dados.....	255

3.5.3	Comunicação: dados apreendidos e dados interceptados; dados de conexão e dados de aplicação de internet.....	264
3.5.4	Compartilhamento de bancos de dados entre entes públicos	273
3.5.5	Compartilhamento de bancos de dados de entes privados a entes públicos ...	292
4		
	“STANDARDS” PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PROCESSO PENAL.....	297
4.1	Tratamento de Dados Pessoais, Prova e Processo Penal.....	298
4.1.1	Provas digitais.....	300
4.1.2	Tratamento de dados e <i>nemo tenetur se detegere</i>	304
4.1.3	Autodeterminação informativa e sigilo.....	308
4.1.4	Algoritmos e processo penal.....	313
4.2	<i>Standards</i> probatórios vs <i>standards</i> de validade para o tratamento de dados no processo penal.....	317
4.3	<i>Standards</i> para o tratamento de dados pessoais no processo penal.....	320
4.3.1	Princípios gerais da proteção de dados pessoais e o tratamento de dados pessoais no processo penal.....	321
4.3.2	Reserva jurisdicional.....	329
4.3.3	Procedimento legal para o tratamento de dados pessoais	329
4.3.4	Cadeia de custódia.....	332
4.4	Controle de constitucionalidade e de legalidade do tratamento de dados no processo penal pelo Poder Judiciário	340
4.4.1	Controle judicial prévio	342
4.4.2	Controle judicial posterior	343
4.4.3	Tratamento de dados pessoais e o juiz das garantias	345
4.5	Perspectivas para o Tratamento de Dados Pessoais na Persecução Penal	351
4.5.1	Cooperação internacional	352
4.5.2	O “anteprojeto Nefi” para uma LGPD Penal.....	357
	CONCLUSÃO	371
	REFERÊNCIAS	379